

ISSOM
ASSESSORIA A ÓRGÃOS MUNICIPAIS LTDA.

**Atividade de Assessoria em
Gestão Empresarial**

Tel. (55) 3744-6006

Fax (55) 3744-6790

Rua Presidente Kennedy, 977 - sl. 401

100-000 - Frederico Westphalen - RS

Nota Fiscal de Serviços

SÉRIE «T»

Nº 816

1.ª VIA

CNPJ 02.861.299/0001-02

Insc. Mun. 1.757/5.841

Mat. Operação: AVISTA

Data da Emissão, 09/06/2009

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. <u>164</u>	Rub. <u>Adm.</u>

USUÁRIO OU DESTINATÁRIO

no PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

Endereço RUA SOBRADINHO, 09

Município BARRA DO GUARITA

Estado RS

CNPJ/CPF 94.726.312/0001-20 Insc. Est. _____

Quant.	Unid.	Discriminação Serviços	P. Unit.	Preço Total
		Serviços Técnico Profissionais de Assessoria e Consultoria Operacional Administrativo Prestados no período de 01 a 31.05.09, nos termos da Cláusula Segunda do contrato Social conforme Relatório de Atividades e Registros de visitas		2.750,00

g. 0680-7

C. 10.397-7

BAUÇO DO BRASIL

SUB TOTAL R\$ 2.750,00

IRF 1,5 % R\$ 41,25

ISSQN/FONTE % R\$ _____

Valor Total R\$ 2.791,25

J 89.038.230/0001-14

C. 049/0011950

posto sobre serviço incluído no preço à alíquota de 2,0 % R\$ 55,00

V. F. W. - 04 tis 3x50 701 a 900 - 11/07 - Aut. 3.631/D.M.F.

**PORTARIA Nº 010/2005**

NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO DA
PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

JOSEMAR MAGAGNIN, Prefeito Municipal do
Município de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de
suas atribuições legais que lhe confere a Lei;

NOMEIA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ODILO GABRIEL, para
exercer a função de Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Barra do
Guarita.

Art. 2º - A remuneração será conforme Lei Municipal nº
659/2004, CC – 9, a partir de 01 de fevereiro de 2005.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor
a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO
GUARITA EM PRIMEIRO DE FEVEREIRO DE 2005.

Registre-se e Publique-se
Em 01/02/2005.


ANTÔNIO LAVALL
Secretário Munic. de Finanças

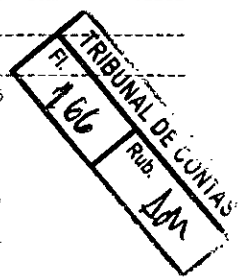

JOSEMAR MAGAGNIN
Prefeito Municipal



Nome	Matr/Contr	Cargo	CTPS	Admissao	Rescisao
Odilo Gabriel	240-2/3	11-Assessor Juridico	999999/9999/	01/02/2005	

Verba	Cat.	Ret.	Comp.	Valor	Comp.	Valor	Comp.	Valor	Comp.	Valor	Com	Valor
2009 Janeiro				Fevereiro				Marco				Abril
Folha Mensal----												
1-Salario	P			220,00		1654,05	220,00	1654,05	220,00	1654,05		1654,05
515-Ferías	P		30 Dias	1654,05								
516-Ferías 1/3	P		33,33 %	551,35								
88-Contribuicao Sind	D							55,13				
527-INSS (Fer.Mes)	D		11,00	242,59								
528-INSS	D				11,00	181,94	11,00	181,94	11,00	181,94		181,94
530-IRRF (Ferías)	D		7,50	39,62								
531-IRRF	D				7,50	2,81	7,50	2,81	7,50	2,81		2,81
533-Liquido Pago (Fer	D			1923,19								
Total de Proventos:				2205,40		1654,05		1654,05		1654,05		1654,05
Total de Vantagens:												
Total de Descontos:				2205,40		184,75		239,88		184,75		184,75
Total Liquido:						1469,30		1414,17		1469,30		1469,30

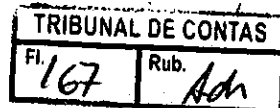
2009 Maio				Junho				Julho				Agosto	*TOTALIS*
Folha Mensal----													
1-Salario	P		220,00	1654,05	220,00	1654,05							8270,25
515-Ferías	P												1654,05
516-Ferías 1/3	P												551,35
88-Contribuicao Sind	D												55,13
527-INSS (Fer.Mes)	D												242,59
528-INSS	D		11,00	181,94	11,00	181,94							908,70
530-IRRF (Ferías)	D												39,62
531-IRRF	D		7,50	2,81	7,50	2,81							14,05
533-Liquido Pago (Fer	D												1923,19
Total de Proventos:				1654,05		1654,05							10475,65
Total de Vantagens:													
Total de Descontos:				184,75		184,75							3184,28
Total Liquido:				1469,30		1469,30							7291,37





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA



LEI MUNICIPAL Nº 01/93

ESTABELECE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO
GUARITA E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU BORGES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA PREFEITURA

Art. 1º - A estrutura Administrativa básica da Prefeitura Municipal de Barra do Guarita constitui-se dos seguintes órgãos, diretamente subordinados ao Prefeito Municipal:

I-ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO.

- 1 - Gabinete do Prefeito;
- 2 - Assessoria Jurídica;
- 3 - Assessoria Técnico-Administrativa;
- 4 - Coordenadoria de Supervisão, Planejamento e de controle interno.

II-Órgãos de Administração Geral:

- 1- Secretaria Municipal de Administração;
- 2- Secretaria Municipal de Finanças.

III-Órgãos de Administração Específica:

- 1- Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
- 2- Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Bem Estar Social;
- 3- Secretaria Municipal de Saúde;
- 4- Secretaria Municipal de Agricultura;
- 5- Encargos Gerais do Município;

IV-Órgãos Consultivos e de Desconcentração Administrativa:

- 1- Núcleo de Atividades de Interesse Comum da União e do Estado;
- 2- Conselhos Municipais;



.....

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Art. 2º - Integram os Órgãos de Assessoramento:

O Gabinete do Prefeito, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnico Administrativa e a Coordenadoria de Supervisão, Planejamento e de Controle interno. Art. 3º - Ao Gabinete do Prefeito, cabem as atribuições de assistência ao Prefeito nas funções políticas, administrativas, social e de cerimonial e, especialmente, as de relação públicas de representação e de divulgação.

Art. 4º - A Assessoria Jurídica cabe a assistência Jurídica ao Prefeito, a emissão de pareceres, a defesa dos direitos e interesses do Município, a elaboração de contratos e o estudo de natureza jurídica, com vistas a atualização da legislação municipal.

Art. 5º - A Assessoria Técnico-Administrativa, cabe a execução dos serviços de natureza técnica e de assessoramento na área fazendária, contabilidade pública municipal, elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de diretrizes e Lei de Orçamento Anual, Balanço e Prestação de Contas Geral e Final de exercício na forma das normas técnicas vigentes na Legislação Pertinente.

Art. 6º - A Coordenadoria de Supervisão, Planejamento e Controle Interno, compete o supervisionamento dos sistemas de pessoal, orçamento e pesquisa; a coordenação de assistência aos programas dos órgãos da Administração Municipal; a elaboração do orçamento-programa Plano Plurianual (PPA) e Lei de Orçamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual, em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças, assim como, a respectiva execução, o planejamento global e a promoção do controle interno da Prefeitura Municipal.

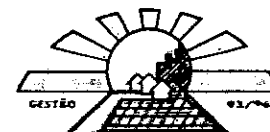
CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 7º - Integram os órgãos de Administração Geral, a Secretaria Municipal de Administração de Finanças.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Administração centraliza atividades administrativas relacionadas com o sistema de pessoal, material, administração de bens patrimoniais, expedição e ar

.....





.....
ração governamental tem por finalidade auxiliar a administração pública municipal na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matéria de sua competência. As decisões dos Conselhos Municipais, uma vez homologadas pelo prefeito, terão execução obrigatória, respeitada a legislação constitucional vigente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.18 - Dentro do prazo máximo de cento e oitenta dias, o Prefeito Municipal deverá editar, por Decreto, o Regimento interno da Prefeitura, que deverá discriminar a estruturação interna dos Órgãos referidos no Artigo 1º dessa Lei e respectivas atribuições e subordinções, assim como as sub-unidades administrativas distribuídas no organograma da estrutura organizacional.

Art.19 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1993.

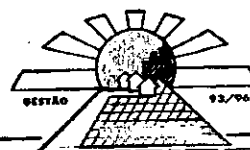
Art.20- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA,
em 05 de janeiro de 1993.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Alceu Borges dos Santos
ALCEU BORGES DOS SANTOS
PREFEITO MUNIC.PAL

Cornélio Pedro Brand
CORNÉLIO PEDRO BRAND.
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



04
20/08/08

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 170	Rub. Adh

Carta Convite Nº: 019/2008

Não serão aceitas propostas fora do horário previsto.

Abertura dia: 28 de Abril de 2008, às 16:00 horas.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA ACOMPANHAMENTOS PROCESSUAIS DEVERÃO SEREM PRESTADOS NA SEDE DO MUNICIPIO NO MINIMO DIA POR SEMANA.

Validade da Proposta:

Local de Entrega: SEC.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

Condições de Pagamento: O PAGAMENTO SERÁ MENSAL

Impostos ou Taxas incidentes nos preços cotados por conta do fornecedor.

Item	Quant.	Un.	Especificação
001	1	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA, PA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS.

OUTRAS CONDIÇÕES:

1) O julgamento da proposta financeira será pelo **MENOR PREÇO**, considerando-se para tal o preço total do item a Carta Convite será julgada por item.

2) Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos Arts 43 e 44, seus incisos e parágrafos, da lei 8.666/93.

3) As propostas devem ser apresentadas em dois envelopes distintos lacrados:

3.1) ENVELOPE N. 01 - HABILITAÇÃO JURÍDICA, nele deverá constar, original ou cópia autenticadas dos seguintes documentos:

3.1.1) Certidão Negativa ou de Regularidade de Débito para com o INSS;

3.1.2) Certidão Negativa ou de Regularidade de Débito para com o FGTS;

3.1.3) Certidão Negativa ou de Regularidade para com a Fazenda Pública Municipal, sendo esta da sede do licitante;

3.1.4) Certidão da Exatonia Estadual

3.2) ENVELOPE N. 02 - PROPOSTA FINANCEIRA, nele deverá constar:

3.2.1) A proposta financeira, em moeda corrente nacional;

3.2.2) A descrição do item, seu preço unitário e o preço total geral de cada item, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, conforme modelo fornecido pelo licitante;

3.2.3) Data e assinatura do proponente ou seus procurador(es) constituído(s) para este fim.

4) Os envelopes deverão ser identificados mediante consignação de: Nome do licitante, nome do licitante, n. da carta convite e n. do envelope, contendo, na sua parte externa e fronteira, a seguinte inscrição:

AO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA -RS
CARTA CONVITE Nº 19/2008
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROponente (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA -RS
CARTA CONVITE Nº 19/2008
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

5) Serão inabilitadas as concorrentes que:

5.1) Não atenderem os requisitos do item 3.1 (três ponto um)

6) Serão desclassificadas as propostas financeiras que:

6.1) Não atenderem as especificações constantes do item 3.2 (três ponto dois);

6.2) For manifestamente inexecuível, nos termos do disposto na Lei nº 8.666/93.

7) Em caso de empate de duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no 2º do Art. 3º da lei 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

8) A(s) empresa(s) adjudicatária(s) do(s) item(s), objeto da Carta Convite, deverá respeitar a entrega dos objetos, no prazo estipulado, sob pena de decair do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

9) Quaisquer inserções na proposta financeira que contrai as normas do edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10) A Prefeitura Municipal se reserva ao direito de adquirir total ou parcial os objetos constantes no presente Edital

Secretaria Municipal de Administração,
Aos 17 de abril de 2008.

JOSEMAR MAGAGNIN
PREFEITO MUNICIPAL

RP

05/04/08

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 171	Rub. Adm

35
glein

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 172	Rub. Adh

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 00019/2008


MODALIDADE: Carta Convite

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTOS PROCESSUAIS DEVERÃO SEREM PRESTADOS NA SEDE DO MUNICIPIO NO MINIMO DE 1 DIA POR SEMANA.

ATA DE ANÁLISE

Às 16:00 horas do dia 28 de Abril de 2008, na Secretaria de Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para a sessão de análise da Carta Convite acima identificada, cujo objetivo também está acima identificado. Dando prosseguimento a análise da documentação passou-se a análise dos documentos para a habilitação dos participantes, havia sido convidadas as empresas: ASSOM ASSESSORIA A ÓRGÃOS MUNICIPAIS LTDA, CASARIN E ASSOCIADOS CONSULTORIA LTDA, V & S ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C LTDA. os quais todos receberam a carta convite conforme anexo na pasta deste processo, sendo que todas as empresas apresentaram a documentação exigida no edital e estando a documentação dentro dos prazos de validade a comissão julga aptas todas as empresas convidadas. Estando presente os representantes e as mesmas concordando com a documentação apresentada e as mesmas estando dentro dos prazos de validade, passou-se então a abertura dos envelopes das propostas.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se o presente ato licitatório, cuja ata será assinada pelos membros da Comissão de Licitações e demais presentes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

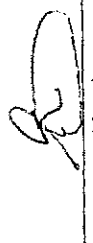
Quadro Comparativo de Preços
Carta Convite 019/2008

Data...: 28/04/2008

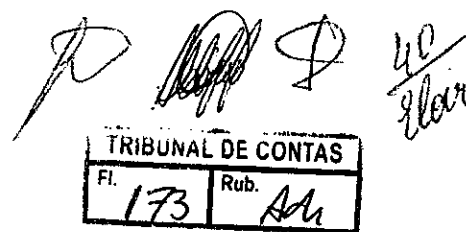
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURÍDICA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTOS PROCESSUAIS DEVERÃO SEREM PRESTADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO NO MÍNIMO DE 1 DIA POR SEMANA.

Item	ASSOM ASSESSORIA A ÓRGÃOS MUNICIPAIS LTDA	CASARIN E ASSOCIADO CONSULTO LTDA	V & S ASSESSORIA E CONSULTOR S/C LTDA	TOTAL	VENCEDOR
001	19.600,00	21.200,00	21.600,00	19.600,00	ASSOM ASSESSORIA A ÓRGÃOS
R\$ 19.600,00					R\$ 19.600,00


 Presidente


 Membro


 Membro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório N° 00019/2008

Modalidade: CARTA CONVITE

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e na forma do processo licitatório acima identificado, HOMOLOGA o resultado proferido pela Comissão de Licitações, e ADJUDICA em favor da(s) empresa(s) abaixo, o(s) seguinte(s) item(s):

1 Empresa: ASSOM ASSESSORIA A ÓRGÃOS MUNICIPAIS LTDA

Item(s):

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Unit. (RS)	Total (RS)
001	8 U		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA, PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS.	2.450,000	19.600,00

Valor Total da Empresa: RS 19.600,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 28/04/08.

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. 125 Rub. 9

04/04/09

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Carta Convite Nº: 006/2009

Não serão aceitas propostas fora do horário previsto.

Abertura dia: 27 de Março de 2009, às 09:00 horas.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA ACOMPANHAMENTOS PROCESSUAIS DEVERÃO SEREM PRESTADOS NA SEDE DO MUNICIPIO NO MINIMO UM (1) DIA POR SEMANA.

Validade da Proposta:

Local de Entrega: SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

Condições de Pagamento: O PAGAMENTO SERÁ MENSAL

Impostos ou Taxas incidentes nos preços cotados por conta do fornecedor.

Item	Quant.	Un.	Especificação
------	--------	-----	---------------

001	9	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA, PA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS.
-----	---	----	--

OUTRAS CONDIÇÕES:

1) O julgamento da proposta financeira será pelo **MENOR PREÇO**, considerando-se para tal o preço total do item a Carta Convite será julgada por item.

2) Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos Arts 43 e 44, seus incisos e parágrafos, da lei 8.666/93.

3) As propostas devem ser apresentadas em dois envelopes distintos lacrados:

3.1) **ENVELOPE N. 01 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**, nele deverá constar, original ou cópia autenticadas dos seguintes documentos:

3.1.1) Certidão Negativa ou de Regularidade de Débito para com o INSS;

3.1.2) Certidão Negativa ou de Regularidade de Débito para com o FGTS;

3.1.3) Certidão Negativa ou de Regularidade para com a Fazenda Pública Municipal;

3.1.4) Certidão da Exatonia Estadual

3.2) **ENVELOPE N. 02 - PROPOSTA FINANCEIRA**, nele deverá constar:

3.2.1) A proposta financeira, em moeda corrente nacional;

3.2.2) A descrição do item, seu preço unitário e o preço total geral de cada item, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, conforme modelo fornecido pelo licitado;

3.2.3) Data e assinatura do proponente ou seus procurador(es) constituído(s) para este fim.

4) Os envelopes deverão ser identificados mediante consignação de: Nome do licitado, nome do licitante, n. da carta convite e n. do envelope, contendo, na sua parte externa e fronteira, a seguinte inscrição:

AO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA -RS
CARTA CONVITE Nº 06/2009
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

.....
AO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA -RS
CARTA CONVITE Nº 06/2009
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 176	Rub. 09

forkey
05/03/09

5) Serão inabilitadas as concorrentes que:

5.1) Não atenderem os requisitos do item 3.1 (três ponto um)

6) Serão desclassificadas as propostas financeiras que:

6.1) Não atenderem as especificações constantes do item 3.2 (três ponto dois);

6.2) For manifestamente inexecuível, nos termos do disposto na Lei nº 8.666/93.

7) Em caso de empate de duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do Art. 3º da lei 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

8) A(s) empresa(s) adjudicatária(s) do(s) item(s), objeto da Carta Convite, deverá respeitar a entrega dos objetos no prazo estipulado, sob pena de decair do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

9) Quaisquer inserções na proposta financeira que contrai as normas do edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10) Minuta do contrato em anexo ao presente Edital.

Secretaria Municipal de Administração,
Aos 18 de março de 2009.


CESAR TADEU PAIER
PREFEITO MUNICIPAL

27
Fl. 177 Rub. 0

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 177	Rub. 0

27
Fl. 177 Rub. 0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 00006/2009

MODALIDADE: Carta Convite

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ACOMPANHAMENTOS PROCESSUAIS DEVERÃO SEREM PRESTADOS NA SEDE DO MUNICIPIO NO MINIMO DE UM (1) DIA POR SEMANA.

ATA DE ANÁLISE

Às 09:00 horas do dia 27 de Março de 2009, na Secretaria de Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para a sessão de análise da Carta Convite acima identificada, cujo objetivo também está acima identificado. Dando prosseguimento a análise da documentação passou-se a análise dos documentos para a habilitação dos participantes, haviam sido convidadas as empresas: ASSOM ASSESSORIA A ÓRGÃOS MUNICIPAIS LTDA, CASARIN E ASSOCIADOS CONSULTORIA LTDA, V & S ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C LTDA, os quais todos receberam a carta convite conforme anexo na pasta deste processo, sendo que todas as empresas apresentaram a documentação exigida no edital e estando a documentação dentro dos prazos de validade a comissão julga aptas todas as empresas convidadas. Não estando presente os representantes e tendo estas direito ao prazo de recursos os envelopes das propostas só serão abertos após decorrido o prazo de recursos

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se o presente ato licitatório, cuja ata será assinada pelos membros da Comissão de Licitações e demais presentes.

Ass. de P. H. Moura
Yvel Farias
Luana de Cruz

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Quadro Comparativo de Preços

Carta Convite 006/2009

Data...: 27/03/2009

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURÍDICA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ACOMPANHAMENTOS PROCESSUAIS DEVERÃO SEREM PRESTADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO NO MÍNIMO DE UM (1) DIA POR SEMANA.

Item	ASSOM ASSESSORIA A ÓRGÃOS MUNICIPAIS LTDA	CASARIN E ASSOCIADO CONSULTO LTDA	V & S ASSESSORIA E CONSULTOR S/C LTDA	TOTAL	VENCEDOR
001	24.750,00	26.631,00	26.550,00	24.750,00	ASSOM ASSESSORIA A ÓRGÃOS

RS 24.750,00

R\$ 24.750,00

Adel. de P. H. Nogueira
Presidente

João Batista
Membro

Luana C. da Cruz
Membro

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 178	Rub. 02

31
28/03/09
Luana C. da Cruz

[Handwritten signatures and initials]
36
2009

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 00006/2009

MODALIDADE: Carta Convite

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E ASSESSORIA JURIDICA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ACOMPANHAMENTOS PROCESSUAIS DEVERÃO SEREM PRESTADOS NA SEDE DO MUNICIPIO NO MINIMO DE UM (1) DIA POR SEMANA.

ATA DE JULGAMENTO

Às 09 horas do dia 01 de abril de 2009, na Secretaria de Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para a sessão de julgamento da Carta Convite acima identificada, cujo objetivo também está acima identificado. Dando prosseguimento ao julgamento das propostas passou-se a análise das propostas das empresas aptas a participar desta etapa do processo; as propostas estão descritas no Mapa de Preços em anexo a este processo que vai assinada pelos membros da comissão de licitações e demais presentes. Sendo assim, a comissão dá por válida o presente processo licitatório e coloca a consideração superior.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se o presente ato licitatório, cuja ata será assinada pelos membros da Comissão de Licitações e demais presentes.

[Handwritten signatures]
Goel Poier
Luciana da Cruz


Sepin

 Superintendência de Estatística,
Pesquisa e Informação

 SEPLAN
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO

GOIÁS
Fazendo cada vez mais

Principal

Publicações

Fale Conosco

Outros Sites

Mapa do Site

Busca

OK

Índices de Preços - Nacional
IGPM-FGV

(IGP-M-FGV)

 Ano **2008**

	No Mês	No Ano	12 meses
	(%)	(%)	(%)
janeiro	1,09	1,09	8,38
fevereiro	0,53	1,63	8,67
março	0,74	2,38	9,10
abril	0,69	3,09	9,81
maio	1,61	4,74	11,53
junho	1,98	6,82	13,44
julho	1,76	8,71	15,12
agosto	-0,32	8,35	13,63
setembro	0,11	8,47	12,31
outubro	0,98	9,53	12,23
novembro	0,38	9,95	11,88
dezembro	-0,13	9,81	9,81

Fonte: FGV-SEPLAN/GO-SEPIN

Voltar

 Ano **2009**

	No Mês	No Ano	12 meses
	(%)	(%)	(%)
janeiro	-0,44	-0,44	8,15
fevereiro	0,26	-0,18	7,86
março	-0,74	-0,92	6,27
abril	-0,15	-1,05	5,38
maio	-0,07	-1,14	3,64
junho	-0,10	-1,24	1,52

Fonte: FGV-SEPLAN/GO-SEPIN

Voltar

SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação / SEPLAN / Governo de Goiás - Visitas
Praça Cívica nº 3 - Centro - Goiânia - GO. CEP: 74.003-010. Fone: (62) 3201-7878 - Fax: (62) 3201-7927 - E-mail:
sepin@seplan.go.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

LEI MUNICIPAL N.º 498/2002, de 31 de dezembro de 2002.

*Institui no município de Barra do Guarita
a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública
prevista no artigo 149-A da Constituição Federal*

JOSEMAR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Barra do Guarita,
Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU
sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída no Município de Barra do Guarita/RS, a
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no
artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende
o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens
públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de
iluminação pública.

Art. 2º. É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por
pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território
do Município.

Parágrafo Único: No caso de imóvel urbano, edificado ou não, que
não esteja ligado à rede de energia elétrica, considerar-se-á como fato gerador o
consumo presumido de (100,200 kw/h/mês).

Art. 3º. Sujeito passivo da CIP é o titular da concessão no território do
Município, ou o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel, na
hipótese do parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º. A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total
de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária
distribuidora, ou o valor do consumo presumido no caso do parágrafo único do art.
2º.

Art. 5º. As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a
classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme a
tabela anexa, que é parte integrante desta lei.



§ 1º - Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial com consumo de até 50 Kw/h e da classe rural com consumo até 70 Kw/h.

§ 2º - Estão excluídos da base de cálculo da CIP os valores de consumo que superarem os seguintes limites:

- a) classe industrial: 10.000 Kw/h/mês;
- b) classe comercial: 7.000 Kw/h/mês;
- c) classe residencial: 3.000 Kw/h/mês;
- d) classe rural: 2.000 Kw/h/mês;
- e) classe serviço público: 7000 Kw/h/mês;
- f) classe poder público: 7.000 Kw/h/mês;
- g) classe consumo próprio: 7000 Kw/h/mês

§ 3º - A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§ 4º - No caso do parágrafo único do art. 2º., será adotada a classe/categoria de consumidor residencial para fins de determinação do valor a ser cobrado.

Art. 6º. A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º - O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º - O convênio ou contrato a que se refere o *caput* deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, restando os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§ 3º - O montante devido e não pago da CIP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após à verificação da inadimplência.

§ 4º - Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

II -a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º - Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

§ 6º - No caso do parágrafo único do art. 2º., a CIP será lançada e cobrada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 7º. Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria da Fazenda Municipal.

Parágrafo único. Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Art. 8º - Fica alterado a Lei Municipal nº 495/2002 (Lei do Orçamento) junto a Secretaria de Obras, unidade 05.03, passando para Secretaria Municipal de Finanças com a seguinte classificação:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 04 - Fundo Municipal de Iluminação Pública

Função: 25 - Energia

Sub-Função: 452 - Serv. Urbanos

Programa: 0067 - Iluminação Pública

Atividade: 2.019 - Fundo de Iluminação Pública.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 60 dias a contar da sua publicação.

Art. 10º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a RGE - Rio Grande Energia (Concessionária de Energia Elétrica) o convênio ou contrato a que se refere o art. 6º.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA/RS,
AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002.

Registre-se e Publique-se
Em 31/12/2002.


CORNÉLIO PEDRO BRAND
Sec. da Administração


JOSEMAR MAGAGNIN
Prefeito Municipal